



POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DOS ACERVOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ

Rio de Janeiro, Janeiro/2019



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

Política de indexação dos acervos da Casa de Oswaldo Cruz

Fiocruz-COC
Rio de Janeiro
2019

Elaboração:

Aline Lopes de Lacerda (Coordenação Geral)
Marise Terra Lachini (Coordenação executiva)
Aline Gonçalves da Silva
Barbara Cortizo de Aguiar
Beatriz Schwenck
Eliane Monteiro de Santana Dias
Eloisa Ramos Sousa
Inês Santos Nogueira
Ivone Pereira de Sá
Regina Celie Simões Marques

Avaliação Externa:

Luisa Maria Rocha – IPJB-RJ

Agradecimentos:

Maria Luiza de Almeida Campos – UFF
Maria Luiza Machado Campos – UFRJ
Hagar Gomes Espanha - Consultoria

Normalização:

Marise Terra Lachini

Revisão:

Marise Terra Lachini

Capa, projeto gráfico e diagramação:

Silmara Mansur

© 2019 Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Venda proibida. Distribuição gratuita. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica. O conteúdo desta e de outras obras da Fiocruz pode ser acessado na página: www.arca.fiocruz.br

1ª edição – 2019 (aprovada pelo Conselho Deliberativo da COC em 20/12/2016)

Elaboração, distribuição e informações:

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da política de indexação da Casa de Oswaldo Cruz, criado pela Portaria No. 071/2013 - COC de 10/11/2013 atualizada pela Portaria No. 027/2014 - COC de 07/07/2014

Av. Brasil, 4365, Manguinhos, CEP – Rio de Janeiro/RJ

Tels.: (21) 3865-2121

Site: www.coc.fiocruz.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

F981p Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

Política de indexação dos acervos da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018.

24 p.

ISBN 978-85-9543-019-8

1. Normas técnicas. 2. Organização do conhecimento. 3. Patrimônio cultural.

CDD 021

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

SUMÁRIO

1. Introdução	6
1.1 Sobre o Vocabulário Controlado da COC	8
2. Linhas Temáticas dos Acervos	10
Acervo Arquivístico	11
Acervo Bibliográfico	12
Acervo Museológico	12
Acervo Arquitetônico, Urbanístico e Arqueológico	13
3. Objetivos	13
4. Definições	14
5. Princípios	15
6. Diretrizes	16
7. Responsabilidades	18
Direção da COC	18
Biblioteca de História das Ciências e da Saúde	18
Chefias dos Departamentos	19
Documentalistas	19
8. Normas utilizadas como referência	20
9. Revisão	21
10. Referências	22

1. INTRODUÇÃO

A Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), foi criada em 1985 e, ao longo dos anos, vem cumprindo sua missão de produzir e disseminar o conhecimento histórico sobre a Fiocruz, as ciências e a saúde; preservar e valorizar a memória e o patrimônio cultural da Fiocruz e da saúde; educar em seus campos de atuação e divulgar ciência e tecnologia em saúde, de forma a contribuir para o desenvolvimento científico, cultural e social.

É responsável pela guarda e preservação dos acervos arquivístico (Departamento de Arquivo e Documentação), bibliográfico (Biblioteca de História das Ciências e da Saúde e Biblioteca de Educação e Divulgação Científica/Museu da Vida), museológico (Serviço de Museologia/Museu da Vida) e arquitetônico e urbanístico (Departamento de Patrimônio Histórico), que formam uma parcela significativa do patrimônio científico e cultural da Fiocruz.

No tratamento técnico dos acervos em suas fases de indexação, catalogação ou descrição (conforme a especificidade da tipologia de cada acervo) são produzidos metadados, ou seja, dados acerca da informação contida tanto nos documentos quanto proveniente de pesquisas, que são disponibilizados para consulta através de fontes de informação on line (bases de dados). Pode-se afirmar que as fontes de informação, ou seja, as bases de dados existentes, são o primeiro ponto de acesso (referência) para o universo informacional contido nestes distintos acervos. É através delas que os usuários realizam as buscas e iniciam suas pesquisas.

A criação de uma Política de Indexação para a COC se fez necessária para atender primordialmente às necessidades de padronização e estabelecimento de parâmetros de normalização

para a entrada de termos de indexação nas bases de dados da Unidade, servindo de guia e facilitando o trabalho de seus documentalistas. Estes profissionais passam a ter uma orientação sobre como realizar o processo de indexação e, com isso, atender de forma mais eficiente às demandas dos usuários.

O desafio posto foi o de traçar um padrão que atendesse aos diferentes tipos de acervos existentes na COC, trazendo como particularidade a integração do processo de indexação, que hoje é uma demanda de instituições que possuem sob sua guarda distintos tipos de acervos. Considerando o constante aumento das consultas online a bases de acervos, torna-se essencial a atenção a ser dispensada à indexação, de maneira a permitir ao usuário resultados com maior relevância e precisão.

Este documento foi produzido pelo Grupo de Trabalho de Indexação e Vocabulário Controlado dos Acervos da Casa de Oswaldo Cruz, criado pela Portaria Nº 071/2013 COC, e pelo Serviço de Gestão da Informação. A equipe responsável por sua elaboração foi formada por profissionais de informação, arquivo, biblioteca, museu e arquitetura, todos atuantes em setores da unidade. Com base na literatura acadêmica e técnica sobre representação da informação e linguagens documentárias – tais como artigos e ensaios, manuais, políticas e diretrizes de outras instituições –, estabeleceram-se princípios e diretrizes e foram identificadas e selecionadas algumas boas práticas, assim como outras foram criadas para atender às demandas específicas da COC. Simultaneamente, analisaram-se os diferentes procedimentos de indexação adotados e os vocabulários em uso, com o propósito de identificar confluências e especificidades na representação dos diferentes acervos sob a guarda da COC. Os resultados desses esforços se expressam na presente Política de Indexação dos Acervos da Casa de Oswaldo Cruz que estabelece

princípios e diretrizes relacionados à indexação e à recuperação da informação.

Integra esta política o Manual de Boas Práticas de Indexação, que deverá ser referência para os processos de indexação e o Vocabulário Controlado dos Acervos da COC, a ser criado, terá como função orientar a alimentação descentralizada das fontes de informação através do estabelecimento de uma linguagem documentária padronizada para a indexação dos acervos.

1.1 Sobre o Vocabulário Controlado da COC

A COC gerencia fontes de informação arquivística, bibliográfica e, futuramente, museológica e arquitetônica e urbanística. Para garantir a busca integrada entre estas fontes é necessário que suas linguagens documentárias sejam compatibilizadas, identificando termos específicos de cada acervo que possuam relação com outros acervos. Para isso, torna-se necessária ainda a realização de um saneamento do uso dos termos, pois os documentalistas podem utilizar termos diferentes para expressar o mesmo conceito. Havendo uma padronização, reduz-se a quantidade de termos utilizados, facilitando o trabalho do documentalista e evitando excessivas variações na indexação.

O Vocabulário Controlado dos Acervos da COC (VC COC) será criado a partir dos descritores existentes nas bases de dados dos acervos arquivístico e bibliográfico da COC. Seu principal objetivo é assegurar o controle da linguagem documentária, mediando e compatibilizando a linguagem entre os diferentes tipos de acervos da Casa de Oswaldo Cruz. Esta compatibilização também contemplará a linguagem natural adotada pelos usuários, por

meio de relações de equivalência (sinônimos e homônimos). A proposta é que o VC COC seja o instrumento norteador do processo de indexação dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico da COC.

O VC COC será elaborado com base nas diretrizes descritas nesta Política e conterà as subdivisões: VC Descritor Assunto (e seus qualificadores quando for o caso); VC Descritor Localizações Geográficas; e VC Autoridades. Sua classificação será organizada de forma hierárquica e contará também com a descrição relacional (quando existir), onde serão identificadas as relações semânticas entre os descritores. Ver item 4. Definições, para melhor entendimento sobre as subdivisões.

Vale destacar que, embora todos os campos de descrição das bases de dados sejam indexáveis, esta Política trata apenas do campo relacionado ao assunto, o qual, em cada base, recebe uma denominação específica, a saber:

- descritor DeCS e descritor local – base do acervo bibliográfico da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde;
- ponto de acesso (assunto, registro de autoridade, local) – base do acervo arquivístico do Departamento de Arquivo e Documentação;
- palavra-chave – base do acervo bibliográfico da Biblioteca de Educação e Divulgação Científica.

Espera-se que a Política ora apresentada traga como benefício não somente a facilitação do tratamento técnico, mas também

contribuições para a futura integração informacional das fontes de informação da COC, através da interoperabilidade entre suas bases de dados. Espera-se oferecer ainda subsídios para potencializar a atuação da COC em redes, existentes ou potenciais, com outras instituições detentoras de acervos sobre o seu mesmo escopo. Dois exemplos dessa potencialização são a presença da COC no trabalho colaborativo na Base Bibliográfica em História da Saúde Pública na América Latina e Caribe (Hisa) e no Repositório Institucional da Fiocruz – Arca, que adotam os mesmos padrões considerados na presente política e que são propostos pela Bireme, referência mundial em Ciências da Saúde.

2. LINHAS TEMÁTICAS DOS ACERVOS

De acordo com o Programa de Incorporação de Acervos, a constituição dos diferentes acervos sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz é orientada pelo campo de atuação da Fiocruz ao longo de sua história. Portanto, as linhas temáticas dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico estão relacionadas aos campos da história das ciências e da saúde, da educação em saúde, da divulgação científica e das ciências da vida (ciências da saúde, ciências biomédicas, ciências biológicas). Essas linhas são definidas no âmbito da Comissão Permanente de Acervos da Casa de Oswaldo Cruz, que também é responsável por revisá-las periodicamente, além de avaliar e se manifestar sobre a incorporação de novos bens ao acervo, sempre em consonância com as diretrizes gerais e específicas da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da COC.

É importante para a instituição e seus usuários identificar quais são as grandes áreas do conhecimento que os acervos sob sua guarda abrangem. Isso orienta tanto a política de aquisição e seleção de documentos a serem incorporados ao acervo, tendo um escopo definido, como também norteia o usuário em sua busca.

A partir da identificação das grandes áreas é possível também refletir sobre os conceitos utilizados, permitindo um maior controle dos termos autorizados. Assim, compreendidas as grandes linhas às quais a COC se dedica, descreve-se da seguinte maneira cada um de seus tipos de acervo:

Acervo Arquivístico

A documentação que constitui o acervo arquivístico da Casa de Oswaldo Cruz abrange os gêneros textual, iconográfico, cartográfico, micrográfico, sonoro e filmográfico (em qualquer tipo de suporte), e pode ser caracterizado das seguintes formas:

- a) Fundos pessoais – arquivos de cientistas e outros profissionais que se destacaram em áreas relacionadas aos campos de atuação da Fiocruz e às linhas temáticas do acervo;
- b) Fundos institucionais – constituídos por arquivos das unidades da Fiocruz, abrangendo os institutos que lhe deram origem, e por arquivos de instituições extintas com atuação nas áreas da saúde e das ciências biomédicas.
- c) Coleções – reunião artificial de documentos que não mantêm relação orgânica entre si, mas que apresentam alguma característica em comum.

Acervo Bibliográfico

Os acervos bibliográficos sob responsabilidade da Casa de Oswaldo Cruz são compostos pelos seguintes tipos de materiais: livros, obras de referência (dicionários, enciclopédias gerais e especializadas, catálogos, bibliografias), dissertações e teses, folhetos, manuais, periódicos, publicações eletrônicas (periódicos eletrônicos, bases de dados etc.), relatórios, obras raras (aplica-se apenas à Biblioteca de História das Ciências e da Saúde), jogos, vídeos educativos e documentários (aplica-se apenas à Biblioteca de Educação e Divulgação Científica).

A Biblioteca de História das Ciências e da Saúde abrange os temas em história, história da medicina, da saúde pública, das doenças, das ciências, sociologia e filosofia da ciência. Já a Biblioteca de Educação e Divulgação Científica abrange temas em educação, divulgação científica, museologia, ciências da vida, saúde e literatura infantojuvenil.

Acervo Museológico

O acervo museológico é composto por objetos tridimensionais relacionados às atividades técnico-científicas ligadas à biologia, à medicina e à saúde pública, no período compreendido entre o final do século XIX e os dias atuais. O acervo é composto por peças representativas da história institucional e da história da ciência e tecnologia no campo da saúde. As coleções são formadas por objetos dos mais variados suportes, prioritariamente compostas por instrumentos e equipamentos de laboratório utilizados na trajetória institucional, tais como microscópios, balanças, vidraria, aparelhos de análise, de comunicação, indumentária, mobiliário, fármacos e imunobiológicos, medalhas, comendas, objetos pessoais e de trabalho de

cientistas da instituição, além de instrumentos médicos e cirúrgicos e uma pinacoteca.

Acervo Arquitetônico, Urbanístico e Arqueológico

Este acervo é composto por edificações, sítios históricos, jardins e praças, e superartefatos arqueológicos representativos para a história das ciências e da saúde e sob a responsabilidade da Fiocruz.

Para efeito desta Política de Indexação serão consideradas as representações do acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico presentes nos demais acervos (textos, plantas, desenhos técnicos e esquemáticos, mapas, fotografias, objetos tridimensionais etc.).

3. OBJETIVOS

A presente política tem como objetivo estabelecer diretrizes e responsabilidades para orientar o processo de indexação dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico da COC, de forma a garantir que a análise temática seja realizada atendendo as orientações técnicas estabelecidas e o uso do Vocabulário Controlado, visando:

- Padronizar a linguagem documentária utilizada nos acervos;
- Aumentar o nível de precisão da recuperação da informação;
- Contribuir com a interoperabilidade das bases de dados dos acervos;

- Compatibilizar a linguagem documentária utilizada na COC com a linguagem dos usuários;
- Tornar os itens informacionais mais recuperáveis;
- Seguir os padrões utilizados em instituições arquivísticas, bibliográficas e museológicas nacionais e internacionais.

4. DEFINIÇÕES

Para efeito desta política considera-se:

Descritor: termo de indexação autorizado, que pode ser uma palavra ou expressão.

Descritor Assunto: representa o tema ou conteúdo do documento, podendo estar explicitado ou não no título, e que não está contemplado nos descritores localizações geográficas e autoridade.

Descritor Autoridade: usado para indexar nomes de pessoas, de instituições e de eventos.

Descritor DeCS: termo extraído do vocabulário controlado DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) da Bireme, que expressa conceitos da área de Ciências da Saúde. Subdivide-se em dois tipos: descritor assunto e descritor localizações geográficas.

Descritor Local: descritor criado pelos documentalistas e/ou especialistas nos acervos da COC para a indexação dos documentos. Subdivide-se em três tipos: descritor assunto, descritor localizações geográficas e descritor autoridade.

Descritor Localizações Geográficas: usado para representar continentes e países (como descritor DeCS) ou demais localidades como cidades e regiões (como descritor local).

Indexação: “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com os termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (ABNT, 1992, p. 2).

Linguagem natural: linguagem do discurso comum, ou seja, linguagem utilizada pelos usuários dos acervos.

Ponto de acesso: “elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos” (CONARQ, 2006, p.17).

Qualificador: termo que define aspectos de um assunto qualificando o descritor adotado. Os qualificadores estão sempre associados a descritores DeCS, especificando o máximo possível um determinado assunto.

Termo candidato: palavra-chave sugerida para inclusão no vocabulário controlado da COC.

5. PRINCÍPIOS

Esta Política considera o acesso à informação como um direito universal e equitativo, com base na Constituição Federal de 1988, que afirma, em seu artigo 5º, inciso XIV: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Alinha-se também à Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, de 18/11/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados,

Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Segue ainda os princípios básicos da administração pública, assumindo a eficiência, qualidade, e efetividade como orientações estruturantes para atender da melhor forma possível os usuários que consultam os acervos da COC.

Com base nas orientações da Fiocruz, esta Política está em consonância com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, que tem como propósito garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz, considerando a informação como um bem público, produzida por uma instituição pública com recursos públicos.

Por fim, também está em conformidade com a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da COC, que estabelece os princípios gerais, as diretrizes e responsabilidades e orienta o desenvolvimento de políticas específicas, programas, planos e procedimentos que visam a preservação dos acervos culturais das ciências e da saúde sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz.

6. DIRETRIZES

Esta política toma como diretrizes para sua plena e imediata implantação:

- A linguagem natural do usuário deve ser considerada e isso

ocorrerá através da tradução para a linguagem documentária;

- Todas as ferramentas para recuperação da informação da COC devem estar em consonância com a presente Política (bases de dados e sites) no que diz respeito à indexação;
- A indexação de acervos da COC realizada previamente a essa Política deverá ser revisada, caso seja exequível, conforme Plano de Ação a ser elaborado;
- Deve ser adotado software que permita acesso e recuperação integrada das fontes de informação dos acervos da COC;
- Deve ser desenvolvido o Vocabulário Controlado dos Acervos da COC que passará a ser referência exclusiva para todas as ações de indexação;
- É obrigatória a inclusão de resumo sempre que os demais campos não forem suficientes para descrever tematicamente o item ou a coleção à qual pertença;
- O Vocabulário Controlado deve prever a adoção de termos locais, mesmo frente à existência de termos DeCS equivalentes, no caso de o especialista da COC identificar que a adoção do termo DeCS configuraria anacronismo;
- Uma única versão do Vocabulário Controlado deverá ficar disponível para todas as áreas para acesso e consulta online através de ferramenta específica;
- As atualizações do Vocabulário Controlado deverão ser feitas no instrumento matriz, evitando o uso de instrumento desatualizado.

7. RESPONSABILIDADES

A implementação da Política de Indexação dos Acervos da COC cabe aos Departamentos responsáveis pela indexação dos acervos, sob a coordenação técnica da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde, assessorada pela Câmara Técnica da área na unidade.

Direção da COC

À Direção da COC cabe garantir o cumprimento desta Política.

Biblioteca de História das Ciências e da Saúde

- Como coordenadora técnica da Política de Indexação da COC à Biblioteca de História das Ciências e da Saúde cabe:
- Coordenar a implantação da Política e do vocabulário controlado, de modo a promover a participação de todas as áreas detentoras de acervos documentais.
- O estabelecimento de uma rede de especialistas das áreas de atuação contempladas nos acervos da COC para auxiliar, sempre que necessário, nas ações relacionadas à criação e atualização do Vocabulário Controlado.
- A capacitação dos documentalistas na aplicação das diretrizes estabelecidas na presente Política (expressas primordialmente através do Manual de Boas Práticas de Indexação dos Acervos da COC) e, futuramente, no uso do Vocabulário Controlado.
- A realização do saneamento e a revisão de todos os termos utilizados nos acervos (contemplando alterações, inclusões e exclusões), a fim de subsidiar a criação do Vocabulário

Controlado dos Acervos da COC.

- A inclusão e exclusão de termos no Vocabulário Controlado, assim como a avaliação das demandas de documentalistas da COC por inclusão de novos termos (termo candidato).
- A revisão constante das diretrizes apontadas na presente Política e também dos termos adotados no Vocabulário Controlado.

Chefias dos Departamentos

Às chefias dos departamentos responsáveis pela guarda de acervos cabe:

- Garantir a adoção de suas diretrizes em toda a documentação tratada e incorporada nas bases de dados arquivística, bibliográfica e museológica da unidade.
- Garantir o uso único e exclusivo do Vocabulário Controlado dos Acervos da COC como a linguagem documentária para seus acervos.

Documentalistas

Aos documentalistas responsáveis pela indexação dos acervos na unidade cabe:

- Seguir as orientações estabelecidas no Manual de Boas Práticas de Indexação dos Acervos da COC.
- Solicitar, sempre que achar necessário, ações de capacitação na área de indexação.

- Encaminhar à Biblioteca de História das Ciências e da Saúde a solicitação de inclusão de termo candidato ou a exclusão de um descritor no Vocabulário Controlado.

8. NORMAS UTILIZADAS COMO REFERÊNCIA

As normas orientadoras aplicadas na representação da informação dos acervos da COC estão abaixo identificadas:

Código de Classificação Anglo Americano – AACR2

Descritores em Ciências da Saúde – DeCS Bireme

ISO 1087 1:2000: Vocabulário: teoria e aplicação

ISO 12199:2000: Ordenação alfabética de dados terminológicos

ISO 25964-1:2011: Informação e documentação - Thesouro e interoperabilidade com outros vocabulários - Parte 1: Thesouro para recuperação de informação

ISO 25964-2:2013: Informação e documentação - Thesouro e interoperabilidade com outros vocabulários -- Parte 2: A interoperabilidade com outros vocabulários

ISO 5963:1985: Diretrizes para indexação

ISO 704:2009: Trabalho terminológico: princípios e métodos

ISO 860:2007: Trabalho terminológico: harmonização de conceitos e termos

Manual básico para Indexação de documentos arquivísticos

MeSH Medical Subject Headings

Metodologia LILACS Manual de Indexação de Documentos

Metodologia LILACS Manual de Descrição Bibliográfica

NBR 12676: 1992 – Métodos para Análise de Documentos -
Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação
- Procedimento

NBR 6033:1989 - Ordem alfabética

NBR 9578:1986 - Arquivos – Terminologia

Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade

Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para
Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF)

Vocabulário Onomástico da Língua Portuguesa

9. REVISÃO

A revisão e a atualização da Política de Indexação dos Acervos da COC serão realizadas em intervalos máximos de quatro anos, sob a orientação da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde, assessorada pela Câmara Técnica da área na unidade e com a participação dos departamentos da unidade, devendo ainda ser aprovadas pelo CD da COC.

10. REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário onomástico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 1999. 266 p.

AGUIAR, F.L. O controle de vocabulário controlado como dispositivo metodológico para organização, tratamento e recuperação da informação arquivística. 267 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC, Campinas, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6033: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9578: terminologia. Rio de Janeiro, 1986.

BIREME. Manual de descrição bibliográfica: metodologia LILACS. 7. ed. São Paulo, 2008. 150 p.

BIREME. Manual de indexação de documentos para a base de dados LILACS: metodologia LILACS. 2. ed. rev. e amp. São Paulo, 2008. 392 p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.527, de 18 DE NOVEMBRO de 2011. Disponível em:

← http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm →. Acesso em: 17. jun. 2015.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 221-41, set. de 1985.

CÓDIGO de classificação anglo-americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo:

FEBAB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. 26 p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Política de acesso aberto ao conhecimento. 2014. 10 p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; FERREIRA, Glória Isabel Sattamini. Ensino do processo de análise de assunto para indexação com a aplicação de um modelo de leitura: estudo de avaliação comparada em cursos de graduação em biblioteconomia do Brasil. Ibersid 2008 Revista de Sistemas de Información y documentación, v., 163-176, 2008.

International Organization for Standardization. ISO 25964-1: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies: part 1: thesauri for information retrieval. Genebra, 2011.

International Organization for Standardization. ISO 25964-2: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies: part 2: interoperability with other vocabularies. Genebra, 2013.

International Organization for Standardization. ISO 5963: documentation: methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Genebra, 1985.

International Organization for Standardization. ISO 1087-1: terminology work: vocabulary: part 1: theory and application. Genebra, 2000.

International Organization for Standardization. ISO 704: terminology work: principles and methods. Genebra, 2000.

International Organization for Standardization. ISO 860: terminology work: harmonization of concepts and terms. Genebra, 2007.

International Organization for Standardization. ISO 12199: alphabetical ordering of multilingual terminological and lexicographical data represented in the Latin alphabet. Genebra, 2000.

LANCASTER, F. W. Indexação e Resumos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

VIANA, Alexandra Werneck et al. Manual básico para indexação de documentos arquivísticos: a experiência no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2013. 23 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Glossário da área de organização e tratamento da informação. 20 p. Disponível em: ← <http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/glossario-de-ciencia-da-informacao> →. Acesso em: 01 nov. 2016.



Centro de Documentação
em História da Saúde (CDHS)
Av. Brasil, 4365 CEP: 21040-900
Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tel.: +55 (21) 3865.2121



Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-9543-019-8



9 788595 430198